

ARTIGO ORIGINAL**PROPOSIÇÃO EDUCACIONAL DAS UNIVERSIDADES ABERTAS PARA AS PESSOAS IDOSAS: UM LEVANTAMENTO NAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS****EDUCATIONAL PROPOSITION OF OPEN UNIVERSITIES FOR ELDERLY PEOPLE: A SURVEY OF BRAZILIAN INSTITUTIONS**

**Guilherme Henrique Koerich¹ Débora Vieira da Silva² Maria Fernanda Baeta Neves Alonso da Costa³
Ana Maria Justo⁴**

¹ Graduação em Gastronomia. Bacharelado em Turismo. Mestre em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Técnico em Assuntos Educacionais na Pró-reitoria de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). E-mail: guilherme.koerich1@gmail.com

² Graduanda em Pedagogia. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: debidvs@yahoo.com.br

³ Graduada em Enfermagem. Doutora em Enfermagem. Docente na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) vinculada ao Departamento de Medicina. E-mail: fernanda.baeta@unifesp.br

⁴ Graduação em Psicologia. Doutora em Psicologia. Professora Adjunta da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) vinculada ao Departamento de Psicologia. E-mail: justoanamarina@gmail.com

Resumo

A gerontologia educacional é um campo do conhecimento dedicado ao estudo e aprimoramento da educação com pessoas idosas. A educação com idosos pode ocorrer sob diferentes abordagens metodológicas e filosóficas, na educação formal, não formal e informal, e em instituições especializadas, como as Universidades Abertas para as Pessoas Idosas (UNAPIs). As UNAPIs ofertam diferentes atividades educativas, em diversas áreas do conhecimento, com a adoção de recursos distintos e adequados para a prática educacional. Há diferentes documentos norteadores da prática educacional em sistemas de ensino. O projeto político pedagógico é um documento que sistematiza e orienta as ações educativas e o referencial teórico-metodológico em instituições de ensino. Diante disso, esta pesquisa objetiva mapear as UNAPIs brasileiras e identificar seus documentos norteadores ou regulamentadores da prática educacional. Trata-se de uma pesquisa exploratória-descritiva, sob uma abordagem predominantemente qualitativa, com aplicação de questionários online. Foram mapeadas 63 UNAPIs brasileiras. Os resultados da pesquisa demonstram que é incipiente a sistematização da prática educacional destas instituições. As UNAPIs possuem diferentes estruturas organizacionais. Acredita-se que o delineamento de um trabalho em rede entre as UNAPIs fomentará uma relação intersetorial e a consolidação deste modelo de programa no contexto brasileiro. Portanto, com esta pesquisa reiteramos a importância da sistematização de documentos norteadores para as UNAPIs, e indicamos o projeto político pedagógico como um instrumento apropriado.

PALAVRAS-CHAVE

Universidades Abertas para as Pessoas Idosas. Projeto Político Pedagógico. Gerontologia educacional.

Abstract

Educational gerontology is a field of knowledge dedicated to the study and improvement of education for elderly people. Education for the elderly can occur under different methodological and philosophical approaches, in formal, non-formal, and informal education, and in specialized institutions such as Open Universities for the Elderly (UNAPIs). UNAPIs offer various educational activities in different areas of knowledge, using distinct and appropriate resources for educational practice. There are different guiding documents for educational practice in educational systems. The political-pedagogical project is a document that systematizes and guides educational actions and the theoretical-methodological framework in educational institutions. Therefore, this research aims to map Brazilian UNAPIs and identify their guiding or regulatory documents for educational practice. This is an exploratory-descriptive research, with a predominantly qualitative approach, using online questionnaires. Sixty-three

Brazilian UNAPIs were mapped. The research results demonstrate that the systematization of educational practice in these institutions is incipient. UNAPIs have different organizational structures. It is believed that the development of a networked approach among UNAPIs will foster an intersectoral relationship and the consolidation of this program model in the Brazilian context. Therefore, this research reiterates the importance of systematizing guiding documents for UNAPIs and suggests the political-pedagogical project as an appropriate instrument.

KEYWORDS

Open Universities for the Elderly. Pedagogical Political Project. Educational gerontology.

1 Introdução

Nos últimos anos, as pessoas idosas vêm assumindo cada vez mais um papel relevante na sociedade brasileira. Nessa perspectiva, a necessidade de ampliação das políticas públicas que atendam aos direitos básicos dos idosos é acentuada, como a educação. A educação é considerada um direito fundamental, incluída em diferentes políticas públicas destinadas à pessoa idosa. Todavia, ainda não existe uma política pública específica que disponha e estabeleça diretrizes para a educação com idosos.

Segundo o Estatuto do Idoso, Lei n. 10.741, de 1 de outubro de 2003, no Capítulo 5, art. 20 a 25, a pessoa idosa tem direito à educação, respeitando a peculiar condição de sua idade. A lei ainda dispõe que o Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, havendo cursos especiais para que ele se integre à vida moderna, além de apoiar a criação de Universidades Abertas para as Pessoas Idosas (UNAPIs) (Brasil, 2003).

No Brasil, as principais legislações educacionais contemplam a Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) e o Ensino Superior, juntamente com as modalidades de educação profissionalizante, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação especial, entre outras, mas, quando se pensa no idoso, este fica deslocado (Oliveira, 2013). O idoso é incluído em legislações referentes à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, o idoso é citado, mas não é atribuída relevância a essa faixa etária na questão educacional. A EJA oferece a formação de jovens e adultos maiores de 18 anos que não conseguiram concluir a educação básica no tempo regular. Assim, a pessoa que concluiu a educação básica e anseia pela aprendizagem ao longo da vida, não é contemplada nestes dispositivos legais.

Segundo Faure (1972), o homem é um ser inacabado e não pode realizar-se senão ao preço de uma aprendizagem constante. Sendo assim, a educação tem lugar em todas as idades da vida e na multiplicidade das situações e das circunstâncias da existência. Em vez de se delegar os poderes a uma estrutura única verticalmente hierarquizada, são todos os grupos, associações, sindicatos, coletividades locais, corpos intermediários que devem encarregar-se, pela sua parte, de uma responsabilidade educativa (Wertheim; Cunha, 2005).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em momento algum faz referência à educação para idosos, ou a integração do tema do envelhecimento humano nos currículos (Brasil, 1996). Nesse sentido, os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) não apresentam a temática do envelhecimento, o qual é englobado na apresentação dos temas transversais, haja vista que o envelhecimento deve ser trabalhado nessa perspectiva, e que esses parâmetros foram organizados na Política Nacional do Idoso (PNI), que incluiu uma série de orientações acerca da educação (Brasil, 2000; Brasil, 1994).

Outras leis específicas que complementam a Lei nº 9.394/96 determinam que sejam ainda incluídos temas relativos à condição e aos direitos das pessoas idosas, como a transdisciplinaridade; componentes curriculares; temas sociais em perspectiva integrada (Lei nº 10.741/2003) (Mec, 2010). Por orientação do Ministério da Educação (MEC), a partir de 2020 as escolas devem adotar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na qual o gestor escolar é incumbido da tarefa de prestar uma formação continuada aos professores e também é responsável pela análise do Projeto Pedagógico. Essas ações são de extrema importância para professores e alunos, pois assim os novos currículos podem contribuir e dar cada vez mais apoio a eles. Sendo a BNCC a referência para o sistema de ensino no Brasil, a incorporação dos temas contemporâneos transversais (TCTs) pretende permitir a conexão dos ensinamentos com as situações cotidianas. Os TCTs abordam seis microáreas temáticas: Cidadania e Civismo, Ciência e Tecnologia, Economia, Meio Ambiente, Multiculturalismo e Saúde. Na microárea Cidadania e Civismo está o processo de envelhecimento, respeito e valorização a pessoa idosa (Vieira *et al.*, 2022).

A pessoa idosa precisa ser contemplada no sistema educacional, nos processos educativos, na educação formal e não formal. Nesses contextos, o direito de aprender deve preceder qualquer ação e fundamentar projetos e programas que permitam ao idoso, além da aprendizagem, uma melhor qualidade de vida (Oliveira, 2013). Com base nisso, as Universidades Abertas para as Pessoas Idosas surgem como possibilidade de inserção do idoso em um espaço educacional, que visa à integração social, à aquisição de conhecimentos, à elevação da autoestima, à valorização pessoal, ao conhecimento dos seus direitos e deveres e, ao exercício pleno da cidadania (Oliveira, 2013). A heterogeneidade expressada nos grupos de pessoas idosas (necessidades e motivações diversas) requer aprimoramento e criação de metodologias no trabalho educativo com estes. Portanto o foco está na valorização da trajetória e experiência de vida da pessoa idosa (Cachioni, 2018).

A proposição educacional das UNAPIs pode variar em termos filosóficos, estruturais e metodológicos. Assim, esta pesquisa objetiva mapear as UNAPIS brasileiras e identificar seus documentos norteadores ou regulamentadores da prática educacional. Além disso, a pesquisa sinaliza e demonstra a possibilidade de construção dos projetos políticos pedagógicos como instrumento do planejamento educacional e gestão destas instituições. Diante disso, esta pesquisa objetiva mapear as UNAPIs brasileiras e identificar seus documentos norteadores ou regulamentadores da prática educacional.

O artigo está estruturado em seis seções, sendo a primeira esta introdução. Na segunda seção é apresentado o referencial teórico sobre os conceitos basilares e considerações acerca da Gerontologia Educacional, Universidade Aberta para as Pessoas Idosas e Projeto Político Pedagógico. Na terceira seção são relatados os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, bem como suas etapas, materiais e métodos. Na seção quatro são descritos os resultados em cada etapa da pesquisa. E por fim, nas seções cinco e seis, são apresentados as discussões e considerações finais, bem como a indicação de estudos futuros.

2 Gerontologia educacional e os programas universitários para pessoas idosas

A gerontologia educacional constitui um dos campos de estudos e atuação da gerontologia, dedicado ao processo educacional das pessoas idosas e à formação de profissionais para atuarem nesse segmento (Cachioni; Neri, 2004). Peterson (1976) definiu a gerontologia educacional como um campo de estudo e prática da educação de adultos e da gerontologia social. Posteriormente, o mesmo autor considerou que a gerontologia educacional indicava uma tentativa de integração com as instituições de ensino e com os processos educacionais, por meio do conhecimento do envelhecimento e das necessidades das pessoas idosas. Para Peterson (1976), a gerontologia educacional englobava os estudos sobre os idosos, a sua educação e o envelhecimento, assim como a prática educativa para a população idosa e para os profissionais em gerontologia.

A gerontologia educacional requer uma pedagogia específica, para que os estudantes idosos atinjam níveis satisfatórios de aprendizagem e de desenvolvimento, com vistas à apropriação do conhecimento e ao desenvolvimento de habilidades para conquistar com autonomia uma melhor qualidade de vida (Lima, 2000). Nesse contexto, este campo do conhecimento anseia a modificação de objetivos, conteúdos e métodos de ensino e aprendizagem para atender as especificidades da pessoa idosa em processos de educação permanente, aquela que ocorre ao longo de todo o ciclo vital (Cachioni; Neri, 2004).

A gerontologia educacional está estruturada em três macro áreas: 1) Trabalho Educacional com Pessoas Idosas; 2) Divulgação de informações sobre o envelhecimento para a população em geral e 3) Formação de profissionais que trabalham com o envelhecimento humano (Peterson, 1980). Para Doll (2017) a gerontologia educacional é organizada em seis dimensões:

- **Dimensão socioeducativa:** foco nas relações sociais e na capacidade de conviver com outras pessoas por intermédio do diálogo;
- **Dimensão de lazer:** atividades educativas realizadas com prazer e em forma de lazer;
- **Dimensão compensatória:** retomada do sonho não concretizado de aprender algo;
- **Dimensão emancipatória:** compreensão do mundo que o cerca, com a possibilidade de intervir ativamente, contrário a qualquer forma de dominação;
- **Dimensão de atualização:** mudanças constantes impulsionam atualizações para uma maior participação na sociedade globalizada;
- **Dimensão de manutenção das capacidades cognitivas:** exercício preventivo na manutenção das capacidades cognitivas, por meio de processos educativos.

Segundo pesquisa realizada por Flauzino e Cachioni (2022) foram identificadas quatro gerações conceituais da aprendizagem ao longo da vida, cada qual com suas particularidades do ponto de vista ideológico, filosófico e político. As gerações conceituais revelam o desenvolvimento e a expansão do conceito de aprendizagem de ao longo da vida ao longo do tempo, influenciada pelas demandas sociais, econômicas e educacionais da sociedade contemporânea. As quatro gerações conceituais da aprendizagem ao longo da vida (ALV), suas visões representativas e principais características norteadoras são: visão humanística (crescimento pessoal, autorrealização e garantia dos direitos); visão econômica (competências e habilidades para adaptação na sociedade moderna); visão social (cidadania e inclusão, participação e transformação social e visão bem-estar (pessoal e comunitário, relações sociais e expansão social).

Para Cachioni e Neri (2004) a educação com idosos tem como princípios: uma concepção realista da velhice e de suas peculiaridades; os idosos são os verdadeiros sujeitos do próprio processo educativo e, com sua experiência, podem ser atores da transformação de sua realidade histórico-social; entender a educação de idosos como um sistema com fundamentos, princípios e finalidades específicas e, por fim, a promoção de valores humanizantes, em oposição ao assistencialismo.

Os programas educacionais para idosos podem estar caracterizados em mais de uma destas macro áreas (Peterson, 1980), e adotar diferentes enfoques nas dimensões propostas por Doll (2017), à luz dos princípios apresentados por Cachioni e Neri (2004). Com o surgimento da Gerontologia Educacional, elementos mais explícitos da ação educativa passaram a integrar as atividades dirigidas às pessoas idosas. Em aderência a este movimento em prol da gerontologia educacional, as Universidades Abertas para as Pessoas Idosas estabelecem diferentes modalidades e formatos de atuação no segmento.

No Brasil, a Lei n. 13.535, de 15 de dezembro de 2017, que altera o Estatuto do Idoso, estabelece que o poder público apoiará a criação de Universidades Abertas para as Pessoas Idosas, e incentivará a publicação de materiais didáticos específicos para o público (Brasil, 2017).

Universidade Aberta para as Pessoas Idosas

Os programas universitários com um cunho educacional para as pessoas idosas, foram denominados e atribuídos por diferentes nomenclaturas e siglas no Brasil. Suas principais variações são Universidade Aberta da Terceira Idade (UNATI), Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI), Universidade da Maturidade (UMA), e mais recente, Universidade Aberta para as Pessoas Idosas (UNAPI). Conforme ofício do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa endereçado à diferentes Instituições de Ensino, foi solicitada a substituição das nomenclaturas supracitadas por Universidade Aberta para as Pessoas Idosas (UNAPI) (Brasil, 2018). O ofício ainda reitera que o termo “terceira idade”, surgido na França, é um eufemismo, o qual induz à negação da velhice. Portanto, nesta pesquisa será adotada a nomenclatura Universidade Aberta para as Pessoas Idosas (UNAPI).

O primeiro programa universitário para idosos com uma interface educacional, surgiu na década de 70 na França. Este programa concebido pelo Professor Pierre Vellas, no dia 23 de fevereiro de 1973, na Universidade de Ciências Sociais de Toulouse, lançou um modelo de Universidade da Terceira Idade (UNATI) (Alencar; Carvalho, 2009; Doll, 2017). Esta proposição buscou introduzir uma visão diferenciada das pessoas idosas e sua inserção no ambiente universitário, bem como, promover a intergeracionalidade (Vellas, 2009). O programa ganhou amplitude em 1980, com a criação de um centro de pesquisas gerontológicas, onde os idosos tornaram-se protagonistas de seus conhecimentos, e as pesquisas passaram a ser feitas para, com e pelos estudantes idosos (Cachioni; Ordóñez, 2017).

O modelo inglês nasceu em Cambridge, em 1981, fruto de uma substancial modificação do modelo francês. Para os criadores deste modelo, as pessoas que frequentam o programa podem atuar tanto como professores quanto como alunos, com possibilidades de se engajarem em pesquisas. Baseia-se no ideal de autoajuda, considerando que os especialistas de todas as áreas envelhecem e se aposentam. Os alunos mais idosos não precisam pagar os professores mais jovens, para receberem educação. Sendo assim, beneficiam-se do contato com seus semelhantes e, através desta ação conjunta, colaboram com a universidade e a sociedade. Além dos próprios idosos, profissionais e não profissionais são envolvidos no programa. São apontados como benefícios deste modelo: o baixo custo para seus participantes, ao contrário do modelo francês que apresentava altos custos para a sua clientela; o acesso facilitado pelas atividades serem oferecidas em prefeituras, bibliotecas, centros comunitários, escolas, domicílios; horários, currículos e métodos bem flexíveis; ampla oferta e nenhuma restrição acadêmica para o ingresso (Flauzino, Cachioni, 2023).

Esses programas, em linhas gerais, objetivam propiciar um ambiente de aprendizagem ancorado no diálogo, que propicie o exercício da cidadania, a ocupação do tempo livre e o estabelecimento de redes sociais (Cachioni; Ordóñez, 2017). No que se refere às atividades voltadas diretamente ao público idoso, são realizados cursos de diferentes áreas, trocas intergeracionais e relações de amizade entre pessoas idosas, constituindo-se como espaços de ensino e de aprendizagem nos cotidianos da própria vida (Doll, 2017).

No contexto da educação não formal, é notável a importância dos programas das Universidades da Terceira Idade (U3A) em todo o mundo. Os programas vinculados às universidades favorecem a participação dos idosos em uma ampla variedade de atividades socioculturais, ao mesmo tempo em que cumprem um papel fundamental na democratização da aprendizagem ao longo da vida. As U3As estreitaram as relações entre as universidades e a sociedade desde sua criação em 1973, primeiro na Europa depois na América, e atualmente presente nos cinco continentes (Cachioni, 2018). Este modelo de Universidade se espalhou pelo mundo inteiro (Vellas, 2009), e o Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina (NETI/UFSC) foi a primeira UNAPI Brasileira, no ano de 1983.

As UNAPIs diferenciam-se dos demais programas para idosos por alicerçarem em suas propostas um cunho educativo. Dessa forma, retomando ao objetivo deste artigo, apresentamos a concepção e conceituação do Projeto Político Pedagógico, um documento orientador da prática educacional em contextos de educação formal e suas possíveis aplicações na educação gerontológica das Universidades Abertas para as Pessoas Idosas.

Projeto Político Pedagógico

O projeto político pedagógico (PPP) é o documento que orienta as ações educativas e o referencial teórico-metodológico de uma instituição educacional, com o propósito de aportar as atividades diárias de forma sistemática, didática, consciente, participativa e democrática. O projeto político pedagógico é também um instrumento de diagnóstico, que facilita e organiza as atividades, media as decisões coletivas e transforma a prática educacional (Longhi; Bento, 2006).

A LDB 9394/96 considera fundamental a presença de três eixos no processo de construção do PPP: flexibilidade, avaliação e liberdade. A flexibilidade implica em autonomia da escola em organizar seu trabalho pedagógico, a avaliação é um importante aspecto a se observar nos diversos níveis de ensino e no quesito liberdade, esta, será definida em cada sistema de ensino, se dando e se expressando no escopo do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e da proposta de gestão democrática de ensino.

Nesse sentido, o PPP é dinâmico e inacabado, pois está em elaboração permanente e, é construído coletivamente pelos entes educacionais (professores, colaboradores, estudantes e a comunidade), reorganizando a memória organizacional com novos sentidos e significados, a fim de expressar sua verdadeira identidade (Ciavatta, 2005). Essa identidade nem sempre é explícita ou reconhecida pela instituição de ensino e seus constituintes, os quais são induzidos ao repasse de conteúdos prontos e acabados, sem relacioná-los com o público atendido e, portanto, a construção do PPP possibilita o reconhecimento da identidade e sustenta reflexões para mudanças na prática pedagógica (Longhi; Bento, 2006).

Para Libâneo (2004) o PPP é um o documento que descreve e caracteriza objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a serem desenvolvidos na escola, pois expressa a cultura desta, imbuída de aspectos ideológicos, princípios morais, significações, questões reflexivas e tomada de decisões das pessoas que participam da sua elaboração. Para tanto, é imprescindível que o projeto contemple ações e métodos adequados às necessidades e realidade de seu público alvo.

O projeto político pedagógico não é algo construído que em seguida é arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Sua construção é vivenciada no cotidiano por todos os envolvidos com o processo educativo (Veiga, 2013). Busmann (2013) considera que o PPP é um processo de ação-reflexão, que exige a ampla participação da comunidade educacional na sua construção e desenvolvimento, com vistas à qualificação da prática educacional e consciente que seus resultados não são imediatos.

Ao participar deste processo de construção os educadores desvelam a realidade educacional, estabelecem relações, definem finalidades comuns e configuram novas formas de organizar as estruturas administrativas e pedagógicas para a melhoria do trabalho na direção almejada (Veiga, 2013). Nesse sentido, é tarefa de todos a construção, aprimoramento e cumprimento das ações e diretrizes delimitadas no projeto e não exclusivamente dos dirigentes educacionais (Vasconcelos, 2004).

Em síntese, o PPP é o plano global da instituição, com a sistematização teórico-metodológico da intervenção, nunca definitiva, em um processo participativo de planejamento, que se aperfeiçoa e concretiza durante o desenvolvimento e que define com clareza o tipo da ação educativa proposta (Vasconcelos, 2004). A construção do PPP, para além da organização do trabalho pedagógico, reafirma a autonomia das instituições

educativas, sua capacidade de delinear sua própria identidade e a concepção emancipadora da educação. Isto reitera os princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática, valorização do magistério e consolida as instituições educativas como espaços públicos, de debate e de diálogo, fundadas na reflexão coletiva (Veiga, 2013).

À luz do exposto, todo projeto pedagógico é, também, um projeto político, por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico, com os interesses reais e coletivos da população majoritária (Veiga, 2002). São requisitos para a construção do PPP, considerar o contexto, os limites, os recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros) e a realidade de cada instituição educativa, em aderência a sua estrutura organizacional, seus pressupostos teóricos e obstáculos (Veiga, 2013). Sua construção requer continuidade das ações, descentralização, democratização da tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório (Veiga, 2013).

No âmbito das ações propostas, o PPP contempla um planejamento a curto, médio e longo prazo, que irão intervir no cotidiano da prática pedagógica. Essas ações incluem os conteúdos, avaliação e as relações da instituição com seus entes e a comunidade (Longhi; Bento, 2006). O projeto político pedagógico é uma reflexão e um diagnóstico acerca da própria realidade educacional, e estabelece em um determinado período de tempo uma nova realidade, por meio da projeção de metas e ações ideais, avaliadas periodicamente com vistas a retomada.

Como síntese da base teórica, a gerontologia educacional é situada como um campo da gerontologia dedicada aos processos de ensino e aprendizagem para pessoas idosas. As Universidades Abertas para as Pessoas Idosas são delineadas com um dos lócus para aplicação e desenvolvimento da gerontologia educacional. Nessas instituições são desenvolvidos cursos, programas, projetos e ações de diferentes naturezas para o público atendido. Nesse ínterim, posicionamos conceitualmente o Projeto Político Pedagógico como um documento viável e orientador da prática educacional e da gestão educacional das UNAPIs, com vistas ao desenvolvimento de uma pedagogia específica e à ampla participação dos entes educacionais.

Na década de 1990, principalmente após a promulgação da Política Nacional do Idoso, de 1994, os programas de Universidades Abertas à Terceira Idade no Brasil foram se convertendo em políticas públicas de massa, em conjunto com ações de extensão universitária de universidades públicas e privadas. Apesar de bastante expandidas e bem conhecidas no cenário nacional, tais ações foram principiadas na França, na Universidade de Toulouse, em 1973, com o Professor Pierre Vellas, filho do fundador das Universidades Abertas da Terceira Idade (U3I). No Brasil foi criada a Associação Brasileira de Universidades Abertas a Terceira Idade (ABRUNATI) e, a cada dois anos, é realizado o Fórum Nacional de Coordenadores de Projetos da Terceira Idade (FNCTI) de Instituições de Ensino Superior, com o objetivo de colaborar para a construção mais alinhada no currículo dos programas.

Desse modo, esta pesquisa tem por objetivo mapear as UNAPIS brasileiras e identificar seus documentos norteadores ou regulamentadores da prática educacional. Para o alcance dos objetivos propostos, foi desenvolvido um percurso metodológico descrito na seção a seguir.

3 Procedimentos metodológicos

A pesquisa realizada possui natureza aplicada, uma vez que seus resultados anseiam pela aplicação na prática, na solução de um problema que ocorre na realidade (Marconi; Lakatos, 2007). Assim emergiu a seguinte pergunta de pesquisa: quais são os documentos norteadores utilizados na prática educacional das Universidades Abertas para as Pessoas Idosas no Brasil?

Quanto ao posicionamento da pesquisa e seu objetivo, a mesma foi classificada como exploratório-descritiva, sob uma abordagem predominantemente qualitativa. Em pesquisas qualitativas, busca-se fornecer

uma análise detalhada sobre as investigações, com o objetivo de observar, interpretar e descrever as observações dos pesquisadores (Marconi; Lakatos, 2007; Merriam, 2009).

A pesquisa foi ainda classificada como descritiva, pois busca especificar propriedades, características e traços do fenômeno estudado, sob quatro aspectos fundamentais: descrição, registro, análise e interpretação (Marconi; Lakatos, 2007; Sampieri; Collado; Lucio, 2013). Como procedimentos de pesquisa foram realizadas pesquisas exploratórias, as quais ajudaram os pesquisadores a se familiarizarem com o fenômeno estudado e a obter informações para o desenvolvimento da pesquisa (Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

Como procedimentos técnicos, foram realizadas revisões narrativas da literatura, em fontes secundárias, para sustentar as hipóteses dos pesquisadores e compor a fundamentação teórica deste artigo. As fontes bibliográficas abrangem a literatura acerca do tema estudado, ao reunir um conjunto de obras de diferentes naturezas (Fachin, 2006). Assim como em fontes primárias, por meio da aplicação de um questionário de pesquisa *online* no estudo em campo. O questionário é uma técnica de investigação composta por questões apresentadas por escrito aos sujeitos da pesquisa, com o propósito de conhecer, atestar ou descobrir hipóteses (Gil, 2007). O questionário foi aplicado por meio da ferramenta *google forms*, tendo como sujeitos de pesquisa os representantes das UNAPIS objeto de estudo.

Dada a caracterização metodológica da pesquisa, a mesma foi desenvolvida em quatro etapas. A primeira etapa da pesquisa foi denominada de 1) Fundamentação teórica (exploratória), seguida da etapa 2) Mapeamento das Instituições de Ensino Superior (IES) (exploratória), etapa 3) Estudo de campo (exploratória) e a última etapa 4) Descrição dos resultados (descritiva), conforme disposto na seção a seguir.

3.1 Etapas da Pesquisa, Materiais e Métodos

Na primeira etapa (Etapa 1 - Fundamentação teórica) foi realizado uma revisão narrativa da literatura, em artigos científicos e livros acerca dos temas da pesquisa. Assim, foram pesquisados conceitos e considerações sobre Educação Gerontológica, Universidade Aberta para as Pessoas Idosas e Projeto Político Pedagógico em bases de dados e bancos de teses e dissertações no portal da CAPES.

Na Etapa 2 - Mapeamento das IES, foi realizado um levantamento das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras, no âmbito Federal, Estadual e Municipal, através do *website* do e-MEC¹. A consulta foi realizada no período de 06 de abril a 24 de junho de 2020. Para seleção das IES foram aplicados filtros, os quais consideravam o estado, instituições de ensino públicas e a competência da IES (Federal, Estadual e Municipal). Com os resultados das buscas foram geradas planilhas pelo próprio sistema, que resultou em um total de 320 Instituições. A partir da listagem destas Instituições, as mesmas foram registradas em uma planilha do pacote *Microsoft Office Excel*. Além do nome da IES, os pesquisadores realizaram buscas exploratórias nos respectivos *websites* das instituições, com o propósito de identificar quais instituições possuem uma UNAPI. As buscas foram realizadas nos respectivos *websites* utilizando os seguintes descritores de busca: UNATI, UNAPI, idoso(a), envelhecimento e terceira idade. Os dados encontrados foram registrados na planilha mencionada, e incluem: a) Nome da UNAPI vinculada (quando aplicável), b) Departamento da UNAPI, c) Link do Website, d) Objetivo/Linha de pesquisa, e) Início das atividades da UNAPI, f) Data da última publicação ou atualização no Website, g) Possui PPP ou demais documentos norteadores da ação educacional, h) Contato de e-mail, i) Contato telefônico, j) Estado, k) Região e l) Ente federativo da IES.

Com o propósito de ampliar e sistematizar uma matriz com o maior número possível de UNAPIS brasileiras, foi elaborado uma consulta as IES mapeadas por meio de um questionário eletrônico (Etapa 3 - Estudo de campo). O questionário foi desenvolvido no *google forms* com perguntas abertas e fechadas para os

¹ <https://emec.mec.gov.br/>

representantes de tais instituições. O referido questionário objetiva identificar quais das instituições de ensino identificadas na Etapa 2, possuem: 1) Universidade Aberta para as Pessoa Idosa, e 2) quais os documentos norteadores da prática educacional, em especial o Projeto Político Pedagógico. Os participantes da pesquisa de campo foram os representantes das instituições de ensino públicas, os quais foram contatados via e-mail e demais canais de comunicação disponíveis nos *websites* institucionais.

Na última etapa da pesquisa (Etapa 4 - Descrição dos Resultados), os dados coletados foram descritos pelos pesquisadores, com vistas a estabelecer um panorama da proposição educacional das UNAPIs Brasileiras. A análise de dados envolveu contagem de frequência e categorização das respostas abertas do questionário, os quais serão apresentados na seção dos resultados desta pesquisa.

4 Resultados

Os resultados desta pesquisa serão apresentados em conformidade com as etapas processuais utilizadas no desenvolvimento da pesquisa, conforme apresentado na seção anterior. Os resultados da Etapa 1 - Fundamentação teórica foram apresentados na seção 2 deste artigo, os quais abordam os temas Gerontologia Educacional, Universidade Aberta para as Pessoas Idosas e Projeto Político Pedagógico.

Na Etapa 2 - Mapeamento das IES, a partir das consultas realizadas no Cadastro e-MEC, foram listadas 320 instituições de ensino no âmbito Federal, Estadual e Municipal. Esta etapa foi adotada na pesquisa em virtude da dificuldade de localizar as UNAPIs Brasileiras existentes. Destaca-se que não foi identificado um diretório para o cadastro das UNAPIs no país, ou uma instituição/órgão vocacionado para tal, diferente do registro das instituições de ensino formais em sistema próprio do Ministério da Educação. Essas instituições foram registradas em uma planilha *excel*, e estão distribuídas conforme o quadro a seguir:

Quadro 1: Instituições de Ensino por Região, Estado e Âmbito

Região	Estado	IES Federal	IES Estadual	IES Municipal
Nordeste	Rio Grande do Norte	3	2	0
	Pernambuco	6	1	4
	Bahia	7	4	0
	Sergipe	2	0	0
	Ceará	4	3	0
	Maranhão	2	3	0
	Piauí	3	2	0
	Paraíba	3	1	0
Norte	Alagoas	2	2	0
	Pará	5	1	0
	Amazonas	2	1	0
	Tocantins	2	0	0
	Acre	2	0	0
	Amapá	2	1	0
	Rondônia	2	0	0
	Roraima	2	1	0
Sul	Rio Grande do Sul	9	1	0
	Santa Catarina	4	2	3
	Paraná	4	7	3
Sudeste	São Paulo	6	78	22
	Rio de Janeiro	21	16	4
	Minas Gerais	17	5	0
	Espírito Santo	2	1	2
Centro-Oeste	Mato Grosso	2	1	0
	Mato Grosso do Sul	3	1	0
	Goiás	5	1	4

Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme disposto no quadro 1, foram localizadas um total de 54 IES na região Nordeste, 25 no Norte, 33 no Sul, 174 no Sudeste e 34 no Centro-Oeste. Em algumas instituições foi possível identificar a constituição de uma UNAPI. Algumas destas estavam apresentadas diretamente em uma das páginas do *website* da

Universidade, ou até mesmo, havia um direcionamento para acessar seu *website* próprio, e em outras não foi possível encontrar nenhuma informação.

Quanto às respostas coletadas na Etapa 3 - Estudo de campo, o questionário foi enviado a 537 endereços de e-mail, e recebeu um total de 74 respostas válidas, de 66 instituições de ensino distintas. Acerca das UNAPIs, 58 dos participantes afirmam conhecer este modelo de educação para idosos, e 16 o desconhecem. Na sequência, foi questionado se a instituição representada pelo mesmo há uma UNAPI. Nas repostas, 33 indicaram que sim, 30 indicaram que não possuem e 11 desconhecem. Dentre os participantes da pesquisa, 28 atuam na UNAPI de sua instituição, atuando prioritariamente na Coordenação (21), Coordenação Pedagógica (2), Docência (2), Administrativo (2) e Pesquisador (1).

No estudo foram mapeadas um total de 63 UNAPIs brasileiras, sendo 33 oriundas do questionário (etapa 3), e 30 por meio de pesquisas exploratórias. Assim, esta pesquisa também contribui com novas pesquisas acerca das UNAPIs brasileiras, ao apresentar este mapeamento atualizado, dado a dificuldade apresentada acerca da sistematização destes dados. As UNAPIs catalogadas podem ser conferidas no quadro a seguir:

Quadro 2: Mapeamento das UNAPIs brasileiras

Região	Universidade Aberta para as Pessoas Idosas (Instituição de Ensino)
Nordeste	• Núcleo Integrado de Estudos para a Terceira Idade - NIETI/UFPB (Universidade Federal da Paraíba - UFPB) • Programa de Atenção Integral à Saúde do Idoso – PAISI (Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE) • Programa Interdisciplinar de Apoio à Terceira Idade - PIAT/UFCG (Universidade Federal de Campina Grande - UFCG - Paraíba) • Programa Terceira Idade em Ação - PTIA (Universidade Federal do Piauí - UFPI) • Programa Universidade Aberta à Maturidade - Promat/UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB) • Universidade Aberta à 3ª Idade - UATI (Universidade do Estado da Bahia - UNEB) • Universidade Aberta à Maturidade (Universidade Estadual da Paraíba - UEPB) • Universidade Aberta à Terceira Idade - UNATI/UNIVASF (Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF) • Universidade Aberta à Terceira Idade - UneATI/UNEAL (Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL) • Universidade Aberta à Terceira Idade - UNATI (Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC) • Universidade Aberta à Terceira Idade - UNATI (Universidade Estadual do Piauí - UESPI) • Universidade Aberta à Terceira Idade - UnATI/UFPE (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE) • Universidade Aberta à Terceira Idade – UATI (Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL) • Universidade Aberta à Terceira Idade – UATI (Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS) • Universidade Aberta à Terceira Idade – UnATI/UFAL (Universidade Federal de Alagoas - UFAL) • Universidade Aberta à Terceira Idade (Universidade Regional do Cariri - URCA) • Universidade Aberta à Terceira Idade da Uncisal –UncisalTI (Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL) • Universidade Aberta à Terceira Idade de Sergipe – UNATISE (Universidade Federal de Sergipe - UFS) • Universidade Integrada da Terceira Idade – UNITI (Universidade Federal do Maranhão - UFMA)
Norte	• Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade - FUnATI (Universidade do Estado do Amazonas - UEA) • Programa Idoso Feliz Participa Sempre / Universidade na 3ª. Idade Adulta – PIFPS/U31A (Universidade Federal do Amazonas - UFAM) • Universidade da Maturidade - UMA (Universidade Federal do Tocantins - UFT) • Universidade da Maturidade do Amapá - UMAP (Universidade Federal do Amapá - UNIFAP) • Universidade da Maturidade (Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT) • Universidade da Terceira Idade – UNITERCI (Universidade Federal do Pará - UFPA)
Sul	• Grupo de Estudos da Terceira Idade - GETI (Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC FLORIANÓPOLIS CEFID) • Núcleo de Atividades para a Terceira Idade - NATI (Universidade Federal de Pelotas - UFPEL) • Núcleo de Estudos da Terceira Idade – NETI (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC) • Núcleo Integrado de Estudos e Apoio a Terceira Idade – NIEATI (Universidade Federal de Santa Maria - UFSM) • Núcleo Universitário da Terceira Idade - NUTI (Universidade Federal do Rio Grande - FURG) • Projeto Voo Livre (Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC JOINVILLE) • Universidade Aberta à Terceira Idade - UNATI (Universidade Estadual de Maringá - UEM) • Universidade Aberta à Terceira Idade - UATI/UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG) • Universidade Aberta à Terceira Idade – UNATI/UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro-oeste - UNICENTRO) • Universidade Aberta à Terceira Idade da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE) • Universidade Aberta da Maturidade - UAM (Universidade Federal do Paraná - UFPR) • Universidade Aberta da Terceira Idade - UNATI (Universidade Estadual de Londrina - UEL) • Universidade Aberta para Idosos – UNAPI/UFPEL (Universidade Federal de Pelotas - UFPEL) • Universidade Aberta para Pessoas Idosas (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS) • Universidade da Terceira Idade - UNATI (Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR)
Sudeste	• Atividade Física e Recreativa Para a Terceira Idade - AFRID (Universidade Federal de Uberlândia - UFU) • Grupo Renascer (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO) • Polo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre o Processo de Envelhecimento (Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF) • Programa Colégio Pedro II Aberto à Terceira Idade (Colégio Pedro II - Instituto Federal) • Programa Terceira Idade (Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP) • Programa UNIVERIDADE (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP) • Projeto Maioridade - Universidade Aberta para a Terceira Idade (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)

Fonte: Elaborado pelos autores

Além do mapeamento das UNAPIs brasileiras, o questionário visa identificar os documentos norteadores ou regulamentadores da prática educacional. Deste modo, quando questionados sobre a existência de um documento norteador da prática educacional da UNAPI, apenas 18 (n=33) participantes afirmaram que possuem tais documentos em sua instituição. Na questão seguinte, foi requerido qual o documento norteador da prática educacional utilizado.

Houve a indicação de diferentes documentos norteadores. Assim, os tipos documentais foram agrupados em seis categorias, sendo que em seis (6) respostas não foram indicados nenhum documento norteador da prática educacional (R3: *“Não fui informada”* e R5: *“Como estamos de quarentena, não sei responder.”*), quatro (4) documentos regulamentadores associados às atividades de extensão universitária (R1: *“O projeto está vinculado à diretoria de extensão.”*), três (3) referentes a regimento interno (R8: *“Regimento Interno e Normas da Universidade Estadual...”*), três (3) Projeto Político Pedagógico (R11: *“Projeto Político Pedagógico-PPP.”*), três (3) relativos ao Estatuto do Idoso ou Política Nacional do Idoso (R16: *“Estatuto do Idoso/ Regimento da Universidade”*) e (2) Projeto Pedagógico de Curso (R4: *“PPC.”*). Os resultados apresentados serão discutidos na seção seguinte.

5 Discussões

O marco de criação das UNAPIS na década de 70 na França (Alencar; Carvalho, 2009; Doll, 2017) e sua posterior expansão na década de 80 (Cachioni; Ordonez, 2017), tendo o Brasil registrado sua primeira UNAPI em 1983, na Universidade Federal de Santa Catarina, com a fundação do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), demonstram um fenômeno recente e em franco desenvolvimento. No entanto, diante da pesquisa realizada, foi possível observar que as UNAPIS brasileiras enquanto campo de estudo e de prática relacionadas a gerontologia educacional (Cachioni; Neri, 2004; Peterson, 1976), carecem de uma organização, estruturação e sistematização de suas ações no âmbito didático-pedagógico, assim como de uma institucionalização desses programas pelo governo brasileiro.

As UNAPIs brasileiras não possuem um órgão governamental específico, que estabeleça diretrizes e orientações para as atividades desenvolvidas (Oliveira, 2013). No âmbito legal, existem diferentes dispositivos de lei que asseguram o direito da pessoa idosa à educação, e a necessidade de uma didática específica para sua concretização, bem como, é disposto que o poder público irá apoiar a criação de UNAPIs (Brasil, 2003; Brasil, 2017). Por mais que esteja disposto nestes marcos legais, não foi localizado nesta pesquisa uma estrutura governamental para efetivação destas políticas, com órgãos vocacionados no segmento, sejam elas vinculadas ao Ministério da Educação ou ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que congrega o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

A ausência de um órgão regulamentador do trabalho desenvolvido, sinalizam para uma desarticulação entre as UNAPIS, pois o trabalho em rede não é fomentado entre as mesmas, o que dificulta a consolidação de uma identidade organizacional e diretrizes constituintes. Deste modo, é sinalizado nesta pesquisa a necessidade de uma maior articulação entre as próprias UNAPIs, e destas com o governo. Esta constatação foi observada na pesquisa com a necessidade de mapear as UNAPIs ativas no país, uma vez que não foi localizado nenhum banco de dados e de cadastro das UNAPIs brasileiras.

Por outro lado, verificamos o trabalho realizado pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), entidade civil que completou 60 anos de idade e que tem como finalidade estimular e apoiar o desenvolvimento científico na área da Geriatria e Gerontologia promovendo o aprimoramento e a capacitação permanente dos seus associados; sugerir, solicitar e interagir junto aos poderes competentes na adoção de medidas, formulação de políticas públicas, cooperar com outras organizações em atividades educacionais e de pesquisa relacionadas à Geriatria e Gerontologia e, realização de eventos nacionais e internacionais (SBGG, 2021).

A educação para pessoas idosas requer uma pedagogia específica, com adequação dos espaços, objetivos, conteúdos e métodos de ensino e aprendizagem (Cachioni; Neri, 2004; Lima, 2000). Exemplo de uma pedagogia específica é a gerontagogia, campo interdisciplinar que se desenvolve no âmbito da evolução da educação dos idosos, da formação de recursos humanos para lidar com a velhice (Gil, 2015).

Do ponto de vista da proposição e da gestão educacional das UNAPIs, os resultados da pesquisa sinalizam que ainda é incipiente a documentação e sistematização da prática educacional.

A luz do exposto, o projeto político pedagógico (PPP) é o plano global da instituição, o qual orienta suas ações educativas e define o referencial teórico-metodológico, nunca definitivo, em um processo participativo de planejamento, com o propósito de aportar as atividades diárias de forma sistemática, didática, consciente, participativa e democrática (Busmann, 2013; Vasconcelos, 2004; Veiga, 2013). Em aderência aos pressupostos das UNAPIs e da gerontologia educacional, a construção do PPP pressupõe a ampla participação da comunidade educacional, o que reafirma e estimula o protagonismo da pessoa idosa (Busmann, 2013; Cachioni; Ordonez, 2017), além de explicitar o compromisso sociopolítico, com os interesses reais e coletivos da população idosa (Veiga, 2002).

Deste modo, postula-se que o PPP seja um documento necessário para configurar e sistematizar a proposição educacional das UNAPIs. Reitera-se que o PPP norteia o desenvolvimento de uma pedagogia específica para o público idoso, ao sistematizar e estimular a reflexão na modificação de objetivos, conteúdos e métodos de ensino e aprendizagem, além de estabelecer fundamentos, princípios e finalidades específicas (Cachioni; Neri, 2004).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996, em seu art.12, inciso I, “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica (Brasil, 1996). Assim como estabelece no art. 3, inciso XII, a “garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida” (Brasil, 1996). Com base neste marco legal, a elaboração do PPP em uma UNAPI, irá possibilitar a ampla participação, discussões, protagonismo da pessoa idosa e o diagnóstico de suas reais necessidades, além de sistematizar sua ação educacional.

Não foram localizados requisitos específicos para que um programa educacional para idosos seja considerado uma UNAPI no Brasil. Isto intui que na prática, cada instituição define sua linha de atuação, infraestrutura física e de pessoal, e o seu referencial teórico metodológico. Isso culmina na dificuldade de configurar uma identidade organizacional a estes programas.

No estudo em campo observou-se uma predominância na ausência de documentos norteadores da prática educacional das UNAPIs que participaram da pesquisa, seguida da indicação de documentos regulamentadores das atividades de extensão universitária. Houve a indicação de três UNAPIs quanto ao uso do PPP, no entanto, quando este documento foi requerido, apenas uma instituição enviou o mesmo, em formato de artigo científico, muito distante das considerações e requisitos apresentados pelos autores que fundamentam esta pesquisa. Portanto, é reiterado nesta pesquisa a necessidade de sistematizar o trabalho educacional desenvolvido nas UNAPIs por meio do Projeto Político Pedagógico, para registro e reflexão do trabalho que já é desenvolvido na prática.

Além das poucas informações em relação aos documentos norteadores das atividades, há uma diversidade no que se refere aos nomes dos programas, como se observa no quadro 2. Tal diversidade reflete, de certa maneira, os diferentes nomes atribuídos à velhice no Brasil. Expressões como “melhor idade”, “terceira idade”, “maturidade” são utilizadas de modo a suavizar a palavra “velho” que é usualmente associada a atributos negativos. Conforme apontam Teixeira, Souza e Maia (2018) essa diversidade de nomes para a

velhice revela o preconceito contra os idosos ou *ageismo* (idadismo), que se apresenta com frequência de forma implícita, sutil e institucionalizada.

6 Considerações finais

De maneira geral, com relação ao objetivo proposto neste artigo, mapear as UNAPIS brasileiras e identificar seus documentos norteadores ou regulamentadores da prática educacional, ambos foram alcançados no desenvolvimento das etapas propostas e apresentados nos resultados do artigo. Com relação aos procedimentos metodológicos adotados, foram norteadores para o alcance dos resultados descritos e definidos nos objetivos, em especial ao listar as UNAPIs brasileiras localizadas, e seus documentos norteadores por meio da pesquisa em campo.

Considera-se que com os resultados obtidos foi possível compreender a necessidade de sistematização e documentação da prática educacional realizada pelas Universidades Abertas para as Pessoas Idosas no Brasil. Neste sentido, as relações conceituais apresentadas neste artigo entre a gerontologia educacional, as UNAPIs e o Projeto Político Pedagógico, e a pesquisa em campo, sinalizam e dão subsídios para que estas instituições possam desenvolver a elaboração permanente do PPP.

Além disso, esta pesquisa demonstrou a necessidade de uma maior articulação entre as UNAPIs brasileiras, e destas com as entidades governamentais dedicadas à educação e ao envelhecimento populacional. A pesquisa identificou 63 UNAPIs, e este mapeamento poderá subsidiar esta interlocução e trabalho em rede entre diferentes UNAPIs.

Quanto as limitações da pesquisa, destaca-se a dificuldade de comunicação com as Instituições de Ensino e a disposição de informações em seus *websites* institucionais. Como oportunidades de estudos futuros, identificou-se: 1) realização de um estudo empírico que proponha um modelo de Projeto Político Pedagógico para Universidades Abertas para as Pessoas Idosas, 2) realização de um estudo sobre o modelo de gestão em rede para as UNAPIs brasileiras, 3) elaboração de um banco de dados das UNAPIs ativas, inativas e em construção.

Referências

ALENCAR, Maria do Socorro Silva; CARVALHO, Cecília Maria Resende Gonçalves de. O envelhecimento pela ótica conceitual, sociodemográfica e político-educacional: ênfase na experiência piauiense. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação, São Paulo**, v. 13, n. 29, p. 435-444, abr./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832009000200015>. Acesso em: 27 out. 2020.

BRASIL. Lei n. 8.842 de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Brasília, 1994. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/lei-no-8-842-de-04-de-janeiro-de-1994>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. Lei n. 10.741 de 3 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, 2003. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10741-1-outubro-2003-497511-norma-pl.html>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. Lei n. 13.535, de 15 de dezembro de 2017. Altera o Estatuto do Idoso para garantir a oferta de cursos e programas de extensão pelas instituições de educação superior. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13535.htm>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Ofício circular 065/SEI/CNDI/SNDPI/MDH. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos, 27 set. 2018. Assunto: Substituição da nomenclatura. Disponível em: <https://www.unir.br/noticias_arquivos/26234_oficio_n_65_2018_sei_cndi_sndpi_mdh.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. Parecer CNB/CEB 11/2000 de 5 de maio de 2000. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. Brasília: MEC, 2000.

BUSSMAN, Antônia Carvalho. O projeto político-pedagógico e a gestão da escola. In: VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. São Paulo: Editora Papirus, 29. ed., 2013, p.37-52.

CACHIONI, Meire; NERI, Anita Liberalesso. Educação e Gerontologia: desafios e oportunidades. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Rio Grande do Sul, v. 1, n.1, p. 99-115, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rbceh/issue/view/10>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

CACHIONI, Meire; ORDONEZ, Tiago Nascimento. Universidade da Terceira Idade. In: FREITAS, Elizabete Viana; PY, Ligia. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. p.1604-1612.

CIAVATTA, Maria. A Formação Integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho necessário**, Rio de Janeiro, v.3, n.3, p. 1-20, dez. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>>. Acesso em: 27 out. 2020.

DOLL, Johannes. A Educação no Processo de Envelhecimento. In: FREITAS, Elizabete Viana; PY, Ligia. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. p.1598-1603.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5.ed. [rev.]. São Paulo: Saraiva, 2006.

FAURE, Edgar. *et al.* **Learning to be: The world of education today and tomorrow**. Paris: Unesco, 1972.

FLAUZINO, Karina de Lima; CACHIONI, Meire. As gerações conceituais da aprendizagem ao longo da vida e suas repercussões na educação de idosos. **Egitania Sciencia**, Edição Especial, 2022, p. 181-196. Disponível em: <<https://egitaniasciencia.ipg.pt/index.php/revista-egitaniasciencia/issue/view/39>>. Acesso em: 07 ago. 2024.

FLAUZINO, Karina de Lima; CACHIONI, Meire. **Gerontologia educacional e aprendizagem ao longo da vida**. São Paulo: Editora Alínea, 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Henrique. Educação gerontológica na contemporaneidade: a gerontagogia, as universidades de terceira idade e os nativos digitais. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano (RBCEH)**, v. 12, n.3, 2015, p. 212-233. Disponível em: <<https://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/6005>>. Acesso em: 29 ago. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIMA, Mariúza Pelloso. **Gerontologia educacional**: Uma pedagogia específica para idosos uma nova concepção de velhice. São Paulo: Terra, 2000.

LONGHI, Simone Raquel Pagel; BENTO, Karla Lucia. Projeto Político-Pedagógico: Uma construção coletiva. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, Santa Catarina, v. 3, n. 9, p. 173-178, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Pedagogia/aPPP.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MEC. [MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO]. Resolução CNE/CEB nº 7/2010, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2024.

MERRIAM, Sharan B. **Qualitative research**: a guide to design and implementation. San Francisco: Jossey-Bass/Wiley, 2009.

NASCIMENTO, Francisco Jeovane do; NASCIMENTO, Rita de Cássia do; LIMA, Maria Socorro Lucena. O Projeto Político Pedagógico como princípio orientador das práticas escolares. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 29, n.2, p. 119-141, maio/jul., 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2020v29n2.52963>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. A pesquisa sobre o idoso no Brasil: diferentes abordagens sobre educação nas teses e dissertações (de 2000 a 2009). **Acta Scientiarum Education**, Paraná, v. 35, n. 1, p. 79-87, jan./jun., 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/18288>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

PETERSON, David A. Educational Gerontology: the state of the art. **Educational Gerontology: an international quarterly**, Washington, v. 1, p. 61-73, dez. 1976. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03601277.1976.12049517>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

PETERSON, David. A. Who are the educational gerontologists?. **Educational Gerontology: An International Quarterly**, Washington, v. 5, n. 1, p. 65-77, jul. 1980. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0360hyp800050105?journalCode=uedg20>>. Acesso em: 25 maio 2020.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SBGG. [SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA]. Estatuto da SBGG Nacional. 2021. Disponível em: <<https://sbgg.org.br/sbgg/documentos/>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

TEIXEIRA, Selena Mesquita de Oliveira; SOUZA, Luana Elayne Cunha de; MAIA, Luciana Maria. Ageísmo institucionalizado: uma revisão teórica. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 129-149, set. 2018. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/41448/27912>>. Acesso em: 04 dez. 2019.

VASCONCELOS, Celso do Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 15. ed. São Paulo: Papirus, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos A. (org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. São Paulo: Editora Papirus, 29. ed., 2013, p.11-36.

VELLAS, Pierre. **As Oportunidades da Terceira Idade**. Maringá: Eduem, 2009.

VIEIRA, Kelmara Mendes *et al.* Os temas transversais na Base Nacional Comum Curricular: da legislação à prática. **Educação: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 32, n. 65, 2022. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/15719>>. Acesso em: 9 ago. 2024.

WERTHEIN, Jorge; CUNHA, Célio da. **Fundamentos da Nova Educação**. Brasília: UNESCO, 2ª ed. v.5. 2005. 84p.

Submissão: 17/06/2024

Aceite: 03/10/2024

Como citar o artigo:

KOERICH, Guilherme Henrique et al. Proposição educacional das universidades abertas para pessoas idosas: um levantamento nas instituições brasileiras. **Estudos interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 29, e140795, 2024. DOI: 10.22456/2316-2171.140795

